

Editorial
História em disputa: a extrema-direita e a instrumentalização política do passado no século XXI

Felipe Brandi, Pedro Martins, Miguel S. Palmeira, Daniel Pereira, Margarida Rendeiro e Lidiane Soares Rodrigues

Práticas da História, n.º 22 (2026): 7-24

www.praticasdahistoria.pt

This journal is funded by National funds through FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., under the projects UID/HIS/04666/2013, UID/HIS/04666/2019, UIDB/04666/2020 (https://doi.org/10.54499/UIDB/04666/2020), UIDP/04666/2020 (https://doi.org/10.54499/UIDP/04666/2020), UID/4666/2025 (https://doi.org/10.54499/UID/04666/2025), UIDB/04209/2020, UIDP/04209/2020, UID/4209/2025 (https://doi.org/10.54499/UID/04209/2025) and LA/P/0132/2020 (DOI: https://doi.org/10.54499/LA/P/0132/2020)

Editorial
História em disputa: a extrema-direita e a instrumentalização política do passado no século XXI

Felipe Brandi, Pedro Martins, Miguel S. Palmeira, Daniel Pereira, Margarida Rendeiro e Lidiane Soares Rodrigues*

A historiografia universitária encontra-se hoje na linha de frente da guerra cultural que as extremas-direitas contemporâneas têm vindo a travar no contexto dos seus respetivos projetos de conquista e conservação do poder. Se a investigação histórica e o ensino da história figuram entre os alvos desta ofensiva é porque a história desempenha uma função estratégica no imaginário político das extremas-direitas. Para estas, o passado não é apenas um objeto de apropriação simbólica; é também um recurso de legitimação da ordem que pretendem construir ou restaurar. Não estão aqui em causa apenas as interpretações concorrentes do passado, mas também a autoridade daqueles que, por força da sua formação e das instituições que representam, são reconhecidos

* Felipe Brandi (felipebrandi@fcsh.unl.pt). https://orcid.org/0000-0002-0947-7986. IHC — NOVA FCSH / IN2PAST; Pedro Martins (pedromartins@fcsh.unl.pt). https://orcid.org/0000-0001-9866-5841. IHC — NOVA FCSH / IN2PAST; Miguel Palmeira (miguelsp@usp.br) https://orcid.org/0000-0002-3511-9445. Universidade de São Paulo; Daniel Pereira (danielpereira@puc-rio.br). PUC – Rio de Janeiro; Margarida Rendeiro (mmrendeiro@fcsh.unl.pt). https://orcid.org/0000-0002-8607-3256. CHAM, NOVA FCSH; Lidiane Soares Rodrigues (lidiane.s@ufabc.edu.br). https://orcid.org/0000-0003-2011-9888. Universidade Federal do ABC, São Paulo.

como competentes para as produzir e validar. É por isso que a disputa pelo passado e pela memória não constitui, para as extremas-direitas, uma questão meramente cultural ou identitária. A produção de narrativas históricas capazes de legitimar hierarquias, identidades nacionais, projetos de restauração e formas de exclusão é uma dimensão relevante da sua ação política.

A instrumentalização do passado não é apanágio de nossos tempos, mas aparece atualmente reforçada por uma campanha sistemática de deslegitimação dos historiadores profissionais. Encarando-os como obstáculo à consecução dos seus objetivos políticos, a extrema-direita contemporânea orquestra hoje uma vasta ofensiva, amplamente apoiada nas redes sociais e nas plataformas digitais, com o objetivo de desacreditar o conhecimento produzido pela historiografia académica, pondo simultaneamente em causa a credibilidade pública dos historiadores. A escala desse combate assume hoje uma dimensão transnacional e encontra-se em expansão. Em diferentes contextos políticos e culturais – da América do Norte à América Latina, da Ásia à Europa –, movimentos de extrema-direita têm procurado minar a confiança pública nas instituições e nos profissionais capazes de os contestar. Três traços tornam este um fenómeno especialmente inquietante: 1) um anti-intelectualismo acentuado, que combina reinterpretações tendenciosas do passado com ataques diretos à historiografia académica; 2) a tentativa combinada de relativizar crimes históricos e fragilizar princípios democráticos, legitimando discursos autoritários e excludentes; 3) uma estratégia comunicacional intensiva baseada no uso das redes sociais e das tecnologias digitais.

Enquanto espaços mediáticos regidos pela lógica algorítmica, caracterizados pela elevada reatividade e pela sobreabundância de informação, as redes sociais destacam-se como uma infraestrutura simultaneamente política e comunicacional, verdadeiras máquinas narrativas em permanente produção de sentido, nas quais circulam interpretações do passado incompatíveis com os protocolos de validação próprios da historiografia académica. Como observa Benjamin Moffitt em *The Global Rise of Populism* (2016), estas estruturas digitais permitem aos líderes populistas reduzir a sua dependência dos meios de comunicação tradicio-

nais e tornam as suas performances políticas menos condicionadas pelos limites geográficos e pelos requisitos de representatividade próprios desses meios[1]. As redes sociais não são, assim, meros canais de comunicação, mas componentes centrais de um ecossistema discursivo mais amplo que vem reconfigurando a circulação e a receção do conhecimento científico. Elas alteram as condições até há pouco vigentes de produção, mediação e legitimação do conhecimento histórico, uma vez que é também no interior deste ecossistema mais amplo que se disputa e se molda uma parte significativa da sensibilidade histórica contemporânea.

Desde a sua expansão na década de 2010, as redes sociais têm favorecido a proliferação e a normalização de discursos extremistas, facilitando a agregação de públicos radicalizados e dando maior visibilidade a posições políticas cuja circulação era até então muito limitada. A difusão rápida e em larga escala destes conteúdos através das redes sociais torna extremamente difícil a verificação da sua fiabilidade e a correção atempada de informações falsas e enganosas. Um vídeo que negue o Holocausto ou relativize a violência colonial pode alcançar milhões de visualizações sem que a sua falsidade ou fragilidade documental seja necessariamente acompanhada, com igual velocidade, por mecanismos de retificação. Na realidade, a força demonstrada por esta ofensiva empreendida pela nova extrema-direita alimenta-se não apenas de uma crise mais geral de autoridade epistémica – que contesta os modos tradicionais de produção, validação e transmissão do conhecimento histórico –, mas também de um novo regime de "pós-verdade", dentro do qual a factualidade, a causalidade e a reflexividade são desvalorizadas, a nuance e a complexidade são desprezadas e a dúvida é insultada como fraqueza.

Este cenário atual tem-se tornado ainda mais preocupante pelo facto de a extrema-direita estar a registar um inegável avanço no plano internacional, acumulando vitórias e conquistando cada vez mais territórios. Os exemplos são diversos e bem conhecidos. Estendem-se

1 Benjamin Moffitt, T*he Global Rise of Populism. Performance, Political Style, and Representation* (Stanford, CA: Stanford University Press, 2016), 94.

da Índia de Narendra Modi à agenda MAGA (*Make America Great Again*) nos Estados Unidos. Observam-se na viragem extremista que tem assolado a América do Sul nesta última década – durante a qual aspirantes a autocratas têm conseguido obter sucessos eleitorais expressivos –, na presença cada vez mais marcante dos representantes desta família política no Parlamento Europeu, ou ainda nas alarmantes vitórias seguidas que a AfD (*Alternative für Deutschland*) acaba de obter na Saxónia-Anhalt e em Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental. Deste modo, podemos fazer nossa a afirmação de Ayhan Kaya e Chiara De Cesari segundo a qual a ascensão das extremas-direitas representa seguramente o fenómeno político mais visível dos últimos quinze anos[2].

Este fenómeno global de retrocesso democrático tem preocupado os historiadores, suscitando um número crescente de publicações. É na sequência destas que se inscreve a iniciativa da *Práticas da História* de dedicar, este ano, um duplo número temático a uma dimensão muito específica, mas particularmente relevante, deste inquietante fenómeno dos nossos tempos: a disputa pela interpretação legítima do passado é aqui contemplada a partir de dois ângulos que nos parecem indissociáveis: a) o papel estratégico que a apropriação da história desempenha no ideário político das extremas-direitas contemporâneas; e b) as implicações dessa disputa para as condições de exercício da função social dos historiadores. O nosso objetivo é o de contribuir, desse modo, para um debate de inegável atualidade, que vem mobilizando cada vez mais investigadores, como testemunha a crescente produção bibliográfica sobre o tema. O presente número temático e o que se seguirá no próximo semestre pretendem, assim, oferecer um instantâneo de um processo em movimento, conscientes de estarmos a operar no ultracontemporâneo e do carácter necessariamente provisório de qualquer tentativa de se apreender uma realidade política em rápida transformação.

O tema a que escolhemos dedicar os dois números da *Práticas da História* de 2026 levanta desafios enormes aos historiadores. Entre eles

2 Ayhan Kaya e Chiara De Cesari, "Introduction", in *European Memory in Populism. Representations of Self and Order*, ed. Ayhan Kaya e Chiara De Cesari (Londres e Nova Iorque, NI: Routledge, 2020).

conta-se, possivelmente em primeiro lugar, a própria escolha da designação. A opção que aqui fazemos pela expressão "extrema-direita", que empregamos no plural, está longe de ser consensual[3]. Estamos certos de poder, sem incorrer em simplificações e amálgamas, servir-nos desta única designação para realidades políticas tão diversas? Aqui reside, provavelmente, um dos principais obstáculos de qualquer reflexão sobre o nosso objeto. Na realidade, estamos perante um agrupamento político em permanente transformação, no interior do qual coexistem correntes divergentes e até antagónicas, e cuja heterogeneidade se traduz também no plano terminológico, abrangendo um campo semântico vasto e diversificado. A extensão deste universo político manifesta-se claramente na extraordinária variedade das designações que vêm sendo mobilizadas para o circunscrever, demarcar ou subdividir[4]. Fala-se, entre outras tantas expressões, de "campo iliberal", de "direita radical", "direitas extremas", "ultranacionalismo", "nacional-populismo", "ultraconservadorismo populista", "*alt-right*", "direita identitária", "direita revolucionária", mas também de "neorreacionários", de "neofascismo", "pós-fascismo"[5], ou ainda, com uma intenção mais abrangente, de uma "internacional reacionária". Estas designações têm, evidentemente, contornos imprecisos, e muitas delas são, elas próprias, polissémicas. Longe de serem equivalentes ou perfeitamente intercambiáveis, sobrepõem-se e combinam-se frequentemente, e o seu significado varia de acordo com os contextos nacionais e linguísticos, ou mesmo de um autor para o outro[6].

3 E tem sido objeto de um amplo debate. Entre tantos outros, *cf.* nomeadamente Cas Mudde, *The Far Right Today* (Cambridge: Polity Press, 2019); Andrea L. P. Pirro, "Far Right: The Significance of an Umbrella Concept", *Nations and Nationalism* 29, n.º 1 (2023): 101-112, https://doi.org/10.1111/nana.12860.

4 *Cf.*, nomeadamente, o artigo já clássico de Cas Mudde, "The War of Words Defining the Extreme Right Party Family", *West European Politics* 19, n.º 2 (1996), assim como *The Ideology of the Extreme Right* (Manchester: Manchester University Press, 2000), e *The Far Right Today* (Cambridge: Polity Press, 2019).

5 Sobre esta designação, ver Enzo Traverso, "Post-Fascism: Fascism as Trans-Historical Concept", *Crisis & Critique* 11, n.º 1 (2024): 160-173.

6 *Cf.* nomeadamente René Monzat, "Une nouvelle extrême-droite?" (entrevista com Sarah Al-Matary), *La Vie des idées*, 19 de abril de 2022 (https://laviedesidees.fr/Une-nouvelle-extreme-droite), e Stéphane François, "Territoires de l'extrême-droite française", *La Vie des idées*, 1 de março de 2022 (https://laviedesidees.fr/Territoires-de-l-extreme-droite-francaise).

Frente a este quadro de pluralidade e instabilidade terminológica, a nossa opção foi a de privilegiar a designação "extrema-direita" nestas páginas de abertura de um número temático que reúne contribuições distintas sobre casos e contextos muito diversos. Acreditamos que entre as vantagens desta escolha está a sua relativa clareza para um público mais abrangente, permitindo reconhecer imediatamente o campo político a que nos referimos. A expressão "extrema-direita" tem, é certo, uma longa e tumultuosa história atrás de si. Surgida na década de 1820 em França para se referir à fação ultrarrealista que defendia um retorno à monarquia absoluta, torna-se, através dos escritos do historiador e jornalista Paul Thureau-Dangin[7], uma categoria política à parte do campo conservador. Em pleno século XX, o termo é intimamente associado ao fascismo e ao nazismo, assim como aos movimentos e partidos que, depois da Segunda Guerra Mundial, aspiraram ao seu regresso. Hoje, "extrema-direita" é uma expressão frequentemente recusada, porque estigmatizante, pelos próprios atores a que é aplicada, os quais procuram frequentemente ocultar ou atenuar os laços que os ligam aos regimes ditatoriais de direita do período entre guerras ou da segunda metade do século XX. Apesar destas tentativas de dissociação da etiqueta, ligadas sem dúvida a uma estratégia para se apresentarem como atores legítimos do jogo político, a utilidade da expressão "extrema-direita" reside, parece-nos, tanto na sua inteligibilidade mais imediata como na sua capacidade de abranger um campo político heterogéneo e movediço, sem pressupor que as diferentes formações que nele se inscrevem partilhem uma mesma doutrina ou um programa político comum.

Com efeito, a noção genérica de "extrema-direita" oferece, no nosso entendimento, a vantagem de tornar visível todo um conjunto de traços recorrentes, constantes, comuns a estas diferentes formações. Entre estas convergências podemos destacar, muito sumariamente, um inequívoco pendor autoritário, uma conceção conservadora da ordem social assente na valorização da hierarquia e numa profunda desconfiança em relação ao pluralismo e às formas e expressões diversas de

7 Paul Thureau-Dangin, *Royalistes et républicains. Essais historiques sur des questions de politique contemporaine* (Paris: E. Plon, Nourrit et Cie, 1874).

emancipação social. A essa atitude associa-se o anti-intelectualismo, a hostilidade declarada às universidades e à ciência, sobretudo quando esta entra em conflito com as crenças e os valores que defendem, assim como o culto exacerbado da nação e o apego a uma visão tendencialmente fechada e exclusivista do mundo social. Nesta visão, a sociedade é cindida por uma oposição profunda, estruturante, entre "nós" e "os outros", necessariamente entendidos como uma ameaça. Daí o reiterado apelo à retórica da "cruzada"[8] e à figura recorrente do "inimigo interior", cuja identidade varia de um contexto para o outro, mas que frequentemente encarna em algumas figuras tristemente familiares: judeus, imigrantes, muçulmanos e outras minorias étnicas e religiosas, feministas, comunistas, movimentos LGBTQIAPN+ e todos aqueles que podem ser identificados, de forma geral, como agentes ou sintomas de uma suposta decadência civilizacional. As extremas-direitas veem adversários por todos os lados. Ao mesmo tempo que se opõem aos direitos das minorias, insurgem-se contra as reivindicações de igualdade de género e orientação sexual e condenam veementemente a mestiçagem física ou cultural, receosas de uma fantasiosa degradação genética ou substituição demográfica. Crendo-se investidas de uma missão restauradora e salvífica, portadoras da promessa de uma regeneração da sociedade, adoram apresentar-se como forças de rutura, destinadas a inverter o curso de uma história que julgam decadente. Daí a recorrência de imaginários de renascimento nacional, de reconquista e de restauração de uma ordem social e moral supostamente corrompida ou perdida.

Isoladamente, nenhum dos traços acima descritos seria suficiente para definir uma formação política como pertencente à extrema-direita. O que a define como tal é o modo como estes diferentes traços, mobilizados e combinados de forma recorrente, se articulam numa determinada visão da sociedade e da ação política. São estas convergên-

8 Cf. Florian Besson, "La croisade reinventée. Un fantasme des masculinistes et islamophobes du web", La Vie des idées, 29 de abril de 2025 (https://laviedesidees.fr/La-croisade-reinventee); Andrew B. R. Elliott, Medievalism, Politics and Mass Media. Appropriating the Middle Ages in the Twenty-First Century (Cambridge: D. S. Brewer, 2017), 132-182; Charlotte Gauthier (ed.), The Crusades and the Far-Right in the Twenty-First Century: Engaging the Crusades, vol. 9 (Abingdon: Routledge, 2025).

cias – como os artigos reunidos neste número temático demonstram admiravelmente a partir de diferentes casos e contextos – que conferem, em última análise, a esse mosaico das extremas-direitas uma identidade política nitidamente reconhecível. Categoria abrangente, "extrema-direita" não apaga esta diversidade, mas ajuda a torná-la, pelo contrário, ainda mais facilmente inteligível.

Identificar este conjunto de traços recorrentes e ter as suas convergências atuais em mente é, no nosso entendimento, imprescindível para que possamos melhor contextualizar e compreender o tema que nos ocupa. Com efeito, o combate contra os historiadores é indissociável de uma guerra cultural mais ampla dirigida contra as universidades, e o seu atual recrudescimento inscreve-se nesta conjuntura de recessão democrática, já referida mais acima. Um pouco por toda a parte, vemos os académicos cada vez mais na defensiva, encurralados perante esta ofensiva continuada contra as universidades, que se estende desde o estrangulamento financeiro e a ingerência política até à contestação dos conteúdos nelas ensinados e à acusação de serem redutos de doutrinação ideológica. Os exemplos são numerosos e bem conhecidos, não sendo necessário entrar em detalhes. Basta lembrar o espírito de revanchismo, de acerto de contas tão acentuado nas severas políticas de controlo orçamental e nas intimidações que os governos de Jair Bolsonaro, Javier Milei e Donald Trump desferiram contra as universidades, as agências de apoio à investigação e as ciências sociais e humanas, comummente encaradas como bastiões de políticas de identidade e de igualdade, como viveiros de ideologias progressistas e como redutos de doutrinamento de uma suposta hegemonia "de esquerda".

Nesta conjuntura, a situação dos historiadores, dos professores de história e da disciplina histórica tem-se revelado particularmente preocupante. O ataque de que são alvo não se restringe ao estrangulamento orçamental das instituições onde trabalham ou à sua caricatura como "doutrinadores" e como cúmplices de elites culturais decadentes. A batalha cultural que está a ser travada contra eles estende-se também à sua própria matéria de trabalho e à razão de ser do seu ofício: a interpretação do passado. Objeto central de uma acesa disputa ideológica, da qual a

extrema-direita não tenciona abrir mão, a autoridade dos historiadores encontra-se hoje amplamente contestada. Não é, evidentemente, a primeira vez que ela é refutada ou questionada. Porém, talvez nunca os historiadores e os professores de história, de uma forma geral, se tenham visto de tal forma forçados a descer do seu pedestal e a reconhecer, a contragosto, que os seus mecanismos tradicionais de validação do conhecimento histórico perderam a sua força de legitimação aos olhos de segmentos cada vez maiores da sociedade. Para eles, o conflito das interpretações já não se encontra encerrado intramuros, mas doravante travar-se-á fora do *campus*, na praça pública, envolvendo diversos outros atores: jornalistas, formadores de opinião, políticos, publicistas, legisladores, influenciadores digitais. Apenas no último ano de 2025-2026, uma série de episódios confirma o quão palpitante é, pelo mundo fora, a disputa pelo controlo das narrativas históricas. São nomeadamente os casos da ordem executiva "Restoring Truth and Sanity to American History", assinada por Donald Trump apenas dois meses após o início do seu segundo mandato e destinada a determinar que narrativas da história nacional são consideradas aceitáveis e quais as que devem ser retificadas ou rejeitadas, ou da instrumentalização das recentes celebrações do 250.º aniversário da independência americana, transformadas em exibição triunfalista de uma visão conservadora, cristã, divisiva e racialmente excludente da história dos Estados Unidos. Este é igualmente o caso, em Portugal, dos esforços do partido Chega para memorializar os acontecimentos do 25 de Novembro de 1975 com o intuito de fazer da esquerda, em vez do autoritarismo salazarista, o principal antagonista da democracia nascida na revolução de Abril de 1974, ou ainda o das tensões em torno da também recente celebração dos 50 anos do golpe militar na Argentina, num contexto em que o país atravessa uma deriva autoritária sob um governo cujo presidente, Javier Milei, reivindica uma interpretação própria do passado e contesta desdenhosamente o número de vítimas da ditadura.

Na realidade, este tipo de usos políticos do passado assume múltiplas formas, e não se restringe à apropriação de uma data nacional ou ao controlo de uma narrativa oficial. Vemo-lo em ação, por exemplo,

na guerra de memória que dilacera a sociedade espanhola, onde o *Plan de Concordia* impulsionado pelo PP e pelo Vox, que visa impedir que sejam feitas referências ao golpe de Estado de julho de 1936 e que o regime franquista seja designado como "ditadura", atravanca as mais diversas ações – escavações, exumações, ações pedagógicas e culturais – provenientes da *Ley de Memoria Histórica*. Vemo-lo também, após anos de negacionismo criminoso por parte de Jair Bolsonaro[9], na censura e na retirada da expressão "ditadura militar" impostas, em agosto de 2026, pela Câmara dos Deputados no Brasil, a um livro acerca do Bicentenário da Independência do Brasil. Vemo-lo ainda na abjeta tentativa de apropriação de Marc Bloch por Jordan Bardella, que, à semelhança de outros dirigentes do Rassemblement National antes dele, cita uma passagem de *L'Étrange défaite* fora de contexto a fim de questionar o ministro do Interior sobre o número de estrangeiros em situação irregular em França.

São formas análogas de manipulação insidiosa da história, quando não de pura falsificação descarada, que encontramos também por detrás da instrumentalização do sítio de Covadonga e do conceito de "Reconquista" pelo Vox e das controversas declarações de Éric Zemmour favoráveis a Pétain. Estas formas de apropriação seletiva do passado vêm, no entanto, amiúde acompanhadas de tentativas concretas de constranger a investigação histórica. É o que podemos ver por trás da criação, por Dmitry Medvedev, da "Comissão Presidencial para Combater as Tentativas de Falsificação da História em Prejuízo dos Interesses da Rússia" (2009), assim como da condenação do historiador Yury Dmitriev, encarcerado aos 70 anos numa colónia penal de alta segurança na Mordóvia pelas suas investigações sobre os crimes de Estaline. Vemo-las igualmente, enfim, no recorrente uso da grande vitória soviética sobre o nazismo como arma geopolítica de legitimação da atual invasão da Ucrânia pela Rússia.

9 *Cf.* Patrícia Valim, Alexandre de Sá Avelar e Berber Bevernage, "Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa", *Revista Brasileira de História*, 41, n.º 87 (2021).

Mas, afinal, o que está em jogo? Porque é que a extrema-direita contemporânea se preocupa tanto com o controlo das narrativas sobre o passado? Que papel desempenha a história, enquanto campo de disputa simbólica e ideológica, na sua estratégia de conquista ou de manutenção do poder? Que tecnologias e meios comunicacionais sustentam essa ofensiva que move contra os historiadores? E de que modo o domínio sobre as representações do que foi se transforma num instrumento de poder sobre o que é – e sobre o que poderá vir a ser? A conjuntura política atual coloca problemas inéditos, para os quais ainda não possuímos as devidas respostas. De facto, permanece em aberto a própria questão das continuidades e ruturas entre os modos como a extrema-direita atual, as suas encarnações prévias no século xx e outros campos políticos (nomeadamente a direita conservadora ou o chamado "centro-direita") tendem a utilizar o passado. Do mesmo modo, é importante interrogarmo-nos sobre em que medida esta disputa pelo passado deve ser entendida à luz de fenómenos como a cultura histórica pós-moderna, o denominado "boom da memória", as "guerras da história" ou a "nostalgia pós-colonial"[10]. Não é impossível pensar neste fenómeno de manipulação do passado como uma reação à globalização ou à chamada "política do arrependimento", esta última entendida como um conjunto de processos memoriais através dos quais vários Estados democráticos têm sido encorajados a confrontar as atrocidades e violências cometidas na sua história de forma a obterem ou a manterem a sua legitimidade política.[11] E até que ponto não fará ela parte da "colonialidade do poder", conceito formulado por Anibal Quijano no princípio deste século e que descreve a persistência de formas de hierarquia política, social e

10 Louie Dean Valencia-García, "Far-Right Revisionism and the End of History", in *Far-Right Revisionism and the End of History: Alt/Histories,* ed. Louie Dean Valencia-Garcia (New York: Routledge, 2021), 9-11; Pierre Nora, "L'ère de la commémoration", em *Lieux de mémoire*, t. 3, Les France (Paris: Gallimard, 1993); Jay Winter, "The Generation of Memory: Reflections on the «Memory Boom» in Contemporary Historical Studies", *Canadian Military History* 10, n.º 3 (2001): 57-66; Paul Gilroy, *Postcolonial Melancholia* (Nova Iorque, NI: Columbia University Press, 2005); Aleida Assmann, "Transformations between History and Memory", *Social Research* 75, n.º 1 (2008): 49-72.

11 Jeffrey K. Olick, *The Politics of Regret. On Collective Memory and Historical Responsibility* (Nova Iorque, NI e Londres: Routledge, 2007).

racial impostas pelo colonialismo europeu em contextos como a América Latina[12]?

Não é por capricho que movimentos ultranacionalistas e regimes autoritários se empenham em controlar narrativas sobre o passado, mas porque reconhecem que o controlo das interpretações históricas é um vigoroso instrumento de conquista do poder e de legitimação política. Não por acaso, a retórica do controlo do passado encontra frequentemente a retórica da "salvação nacional": quem se apresenta como aquele que irá "salvar" o país procura também definir de que país se fala, que passado deve ser preservado ou recuperado e que futuro deve ser vislumbrado. Quem narra o passado escreve antecipadamente o futuro. E quem reescreve a história pode, a seu bel-prazer, apagar culpas, silenciar vítimas e moldar subjetividades, incutindo o sentimento de uma continuidade imaculada entre um passado glorioso, um presente ameaçado e um futuro redentor. No contexto atual de uma nova extrema-direita em ascensão, não se trata apenas de apagar ou de reescrever a história da escravatura, dos genocídios coloniais, dos crimes dos regimes fascistas ou das ditaduras militares. A extrema-direita compreendeu – ou pressente – aquilo que, por vezes, até os próprios historiadores e os professores de história têm relutância em admitir publicamente: que a história sempre foi e continua a ser um território de conflito, constantemente suscetível à manipulação ideológica.

Se essas utilizações políticas tão frequentes do passado preocupam os historiadores, os incomodam e os deixam desconfortáveis, não será porque são eles próprios os primeiros a reconhecer que a história, desde o seu surgimento, tem sido incessantemente convocada para justificar conquistas territoriais, forjar identidades nacionais, construir mitologias de origem, nutrir ressentimentos coletivos, despertar latentes xenofobias[13]? A despeito do reconhecimento desta natureza profunda da história, cabe questionarmo-nos aqui: através de que meios pode a historiografia aca-

12 Aníbal Quijano, "Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina", in *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*, comp. Edgardo Lander (Buenos Aires: CLACSO, 1993), 201-246.

13 Georges Duby, *Le Dimanche de Bouvines* (Paris: Gallimard, 1973).

démica, enquanto disciplina crítica, convencer a restante sociedade da enorme distância que, no entanto, a separa das afirmações contrafeitas e da retórica sentenciosa, presunçosa e, ao mesmo tempo, oca que é tão comum entre os apóstolos da extrema-direita? Com efeito, as pretensas "interpretações históricas" que estes últimos se comprazem em urdir constituem, como Pierre Vidal-Naquet não se cansou de demonstrar, uma inversão *pastichada* do método do historiador. Emulam reiteradamente os modos de apresentação da historiografia académica, com citações, notas de rodapé, bibliografia, jargão técnico. Tudo ali se encontra, só que posto ao serviço de uma lógica puramente performativa. Ao invés de partirem das fontes rumo à interpretação, partem da conclusão ideológica preliminar rumo ao ajuste das fontes. O que buscam é menos a compreensão do passado do que a imposição de uma narrativa útil ao combate político no presente. Nos seus discursos sobre o passado, toda a contradição é banida. As dúvidas, silenciadas. E as fontes, continuamente ajustadas, distorcidas, quando não diretamente inventadas. Não pretendem elucidar, explicar, informar. Ambicionam mobilizar, inflamar, recrutar. Cabe, portanto, à historiografia académica encontrar os meios para reafirmar toda a distância que a separa dessa profusão de discursos erguidos sobre dogmatismo e lógica panfletária.

A historiografia profissional não é neutra, mas é responsável. Reconhece-se implicada, nos termos descritos por Michael Rothberg[14]. Assim, assume o seu lugar na sociedade, as limitações impostas pela sua fragilidade epistemológica, mas também o seu compromisso com uma intenção de verdade. Por conseguinte, os historiadores são hoje levados a sair do conforto do debate *interpares* e a colocarem-se como atores públicos conscientes da sua responsabilidade intelectual, social e ética. Chamados a uma nova frente de batalha, mostram-se plenamente conscientes de que o combate à desinformação histórica exige estratégias comunicativas inovadoras. Preocupados em marcar a sua presença no espaço público, participam ativamente em plataformas digitais onde procuram desmentir narrativas fraudulentas, desmontar falsificações e

14 Michael Rothberg, *The Implicated Subject. Beyond Victims and Perpetrators* (Stanford, CA: Stanford University Press, 2019), 1.

promover debates fundamentados, e investem em campanhas educativas, com o objetivo de fortalecer o espírito crítico e a literacia histórica entre o grande público, de modo a torná-lo menos vulnerável aos discursos ideológicos e às tentativas diversas de manipulação da história. Para tanto, reinventam formas de expandir a sua audiência, sem, contudo, sacrificar a exigência crítica. Em diversas latitudes, tem-se observado a criação de organizações e de redes de historiadores comprometidos com a defesa da memória democrática e da história pública, que monitorizam as deturpações negacionistas a fim de as refutar e de produzir conteúdos críticos e acessíveis através de publicações, documentários, *podcasts* e exposições. Mais do que uma reação defensiva, esta nova presença dos historiadores no debate público representa um exercício proativo que reafirma a história académica como uma prática democrática, plural e ética.

A conjuntura atual – atravessada pela ameaça de deslegitimação do ofício do historiador, pela deflagração de uma crise epistémica, pela propagação viral de um elã anti-intelectual e por uma marcada regressão democrática – é desafiadora sob vários aspetos e exige uma resposta historiográfica à altura. Procurando ir além dos contextos e dos casos particulares de instrumentalização do passado analisados pelos autores aqui reunidos, o objetivo do nosso duplo número temático é, assim, o de convidar historiadores e historiadoras a refletirem, em conjunto, sobre a defesa da história como ato de liberdade intelectual, sobre o seu lugar enquanto objeto de disputa político-ideológica e, por fim, sobre as transformações a que está eventualmente sujeito o ofício do historiador, à luz dessa conjuntura presente que se lhe apresenta tão adversa. Para esse efeito, é preciso não apenas descrever os mecanismos de manipulação do passado, mas também compreendê-los nas suas raízes profundas, nos seus efeitos duradouros, nas suas implicações epistemológicas, deontológicas e políticas. É preciso desmascarar os dispositivos do falso, cartografar os modos de circulação das falsas notícias e da mentira programada, de modo a entender os afetos que alimentam o desgaste dos valores democráticos e o concomitante retorno de pautas reacionárias.

Depois de numerosas viragens (*linguística*, *crítica*, *cultural*, *pós-colonial*, *digital*) atravessadas pela historiografia nos últimos cinquenta anos, talvez tenhamos chegado hoje à *viragem desmistificadora* do campo da história, marcada pela progressiva erosão da fronteira que outrora separava, na esfera pública, a historiografia académica e as mais diversas formas de produção social do passado, incluindo os discursos panfletários que se apropriam seletivamente do passado e se arrogam o estatuto de história. O que define esta nova viragem da historiografia – cujo foco são as formas diversas de apropriação, utilização e instrumentalização da história – é o reconhecimento do estatuto público do passado, da concorrência assumida em torno dos seus significados e da definição daquilo que pode ou deve ser lembrado. Esta *viragem desmistificadora* que a história hoje atravessa traduz, portanto, a passagem de uma história entendida como estudo do passado para uma história-ciência dos seus usos. Ao longo da segunda década do século xxi, com efeito, os historiadores tomaram consciência, de forma cada vez mais clara, de que o conhecimento que produzem – como em qualquer outra ciência – não existe num vácuo imune às pressões e apropriações sociais e que a sua tarefa não se esgota na publicação dos resultados da sua investigação, mas se estende inevitavelmente à esfera pública, à afirmação ativa da integridade e do valor do seu ofício perante as manipulações políticas, as falsificações e as tentativas recorrentes de capturar o passado para o pôr ao serviço de um projeto de poder. Se estamos a identificar aí uma nova viragem historiográfica é porque o reconhecimento de que a esfera de intervenção dos historiadores se estende para muito além dos muros da academia é algo que agora se tornou uma condição necessária e imperativa para o exercício concreto da investigação histórica perante a conjuntura atual; uma nova viragem, portanto, uma vez que o reconhecimento desta ampliação da esfera de intervenção dos historiadores acarreta, inelutavelmente, uma nova maneira de os historiadores olharem para si próprios e entenderem o seu respetivo papel social. Em suma e glosando, a ideia é bastante simples: por que vemos aí o advento de uma nova viragem historiográfica? Porque o facto de os historiadores reconhecerem coletivamente que a

sua esfera de intervenção se estende para muito além da universidade é agora condição imperativa para que, no cenário atual, consigam exercer o seu ofício, mas é também uma nova viragem porque o facto de os historiadores reconhecerem esta ampliação acaba por transformar (e não superficialmente) o modo como se percebem, se enxergam e como entendem qual seria a sua missão social. Uma mudança de paradigma, que força a historiografia a reconhecer a necessária articulação entre prática intelectual e prática social. O ofício do historiador já não se define apenas como uma forma de produção de conhecimento, como reflexão sobre os seus fundamentos e as suas condições de possibilidade; desdobra-se agora num compromisso em defesa do estatuto, da legitimidade e da seriedade desse mesmo conhecimento no interior de um campo de batalha simbólico no qual o passado se converte em instrumento de uma disputa onde o que está em jogo é a dominação. Consciente de que o espaço público onde ela se move está atravessado por interpretações concorrentes, a produção historiográfica comprometida com os valores democráticos funda-se, neste jovem século XXI, na união entre reflexão e ação.

Este primeiro volume do nosso duplo número temático reúne nove artigos originais cujo foco abrange um conjunto de geografias que abarca três continentes – a Europa, a Ásia e a América – e nove países – França, Alemanha, Espanha, Portugal, Coreia do Sul, Índia, Canadá, Estados Unidos da América e Argentina. Não pretendemos fazer um apanhado exaustivo da cobertura do fenómeno a nível mundial. Em vez disso, queremos demonstrar como muitos dos mecanismos de manipulação da história acima descritos são capazes de influenciar outras realidades culturais e, por outro lado, de serem mimetizados por essas mesmas realidades. Os artigos abrangem temas como o revisionismo histórico, a recuperação de grandes narrativas nacionais, a contestação e reformulação das políticas de memória, bem como o papel da educação, da cultura visual e dos novos *media* na disseminação e manipulação do conhecimento histórico. Esta multiplicidade de geografias e temas mostra-nos como o fenómeno dos usos do passado pela extrema-direita não pode ser entendido à escala nacional, mas sim de forma

transnacional e transdisciplinar, atendendo às múltiplas variantes e formas que ele assume.

Perante as modalidades diversas de falsificação do passado, de negacionismo e de instrumentalização da história, o desafio que hoje se coloca aos historiadores é, em última análise, o de construir, coletivamente, formas de vigilância, de crítica e de intervenção capazes de contrariar os esforços que procuram reduzir a história a um instrumento de legitimação política. Para tanto, é imprescindível, em primeiro lugar, reivindicar a liberdade de investigação, valer-se da reflexividade e do espírito crítico inerentes e indispensáveis à sua prática intelectual, e preservar, enfim, o exercício metódico da dúvida. Acima de tudo, é preciso que os historiadores não se deixem cair na armadilha para a qual os partidos de extrema-direita, os influenciadores digitais e os autores negacionistas esperam conduzi-los. Como? Fundamentalmente, admitindo – sobretudo perante aqueles que se arrogam o monopólio da verdade e recusam submeter as suas afirmações à discussão – a infinita complexidade do seu objeto; assumindo as incertezas e os limites epistemológicos da sua ciência; reconhecendo a natureza subjetiva, lacunar e provisória do conhecimento que produzem. Subjetividade e arbitrariedade podem vir a sobrepor-se, mas estão muito longe de ser equivalentes.

Ainda que saibamos reconhecer o poder que o dogmatismo e as asserções categóricas exercem sobre parcelas cada vez mais amplas da sociedade, importa, antes de mais, não ceder – isto é, avançar na direção contrária e assumir, sem constrangimento, uma maior modéstia perante os limites, as zonas de incerteza e as contingências do nosso ofício. É precisamente porque os seus adversários se obstinam em apresentar a dúvida como sinal de fraqueza que os historiadores devem reivindicá-la como exigência constitutiva do seu trabalho. Defender a história não significa apenas defender uma determinada interpretação do passado, mas sim as condições intelectuais e institucionais que tornam possível interrogá-lo com exigência crítica e probidade. Cabe-nos, portanto, não apenas perguntar que tipo de prática histórica desejamos defender, mas também que lugar queremos que o conhecimento histó-

rico ocupe no espaço público e que formas de intervenção estaremos dispostos a construir para o proteger.

Gostaríamos, antes de concluir, de agradecer à *Práticas da História* por acolher favoravelmente o presente número temático. Os nossos mais vivos agradecimentos estendem-se aos autores que responderam com entusiasmo à nossa chamada e dedicaram tempo e trabalho à preparação das suas contribuições e ao enriquecimento deste projeto coletivo.

Referência para citação:
Brandi, Felipe, Pedro Martins, Miguel S. Palmeira, Daniel Pereira, Margarida Rendeiro e Lidiane Soares Rodrigues, "História em disputa: a extrema-direita e a instrumentalização política do passado no século XXI". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 22 (2026): 7-24. https://doi.org/10.48487/pdh.2026.n22.49692.